



ESTADO DO TOCANTINS
CÂMARA MUNICIPAL DE TAGUATINGA - TO
CNPJ: 04.221.258/0001-79

ATA DA QUINTA REUNIÃO DA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO LEGISLATIVO MUNICIPAL NO EXERCÍCIO DE 2022.

Presidente: Lucas Alves Nascimento

Vice- Presidente: Fabíola de Oliveira Rodrigues Costa

Primeiro Secretário: Edilson Luiz Rocha

Segundo Secretário: Valdenor Melo Barreto

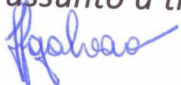
Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro de 2022, nesta cidade de Taguatinga Estado do Tocantins, no Plenário da Câmara Municipal José Luiz Teixeira, em horário regimental reuniram-se o senhor Presidente Lucas Alves Nascimento e os demais edis: Fabíola de Oliveira Rodrigues Costa, Edilson Luiz Rocha, Valdenor Melo Barreto, José Aires Mendes Neto, Paulo Roberto Gomes Ferreira, Cleanto Ribeiro Martins, Esmaél Pereira da Silva, Harles Evangelista dos Santos, Carlos José Freire e Luiz Araujo de Jesus. Dando inicio aos trabalhos foram proferidas as seguintes palavras pelo senhor presidente "SOB A PROTEÇÃO DE DEUS HAVENDO NÚMEROS SUFICIENTES E EM NOME DO POVO DE TAGUATINGA DECLARO ABERTA A SEGUINTE SESSÃO". Foi feito a leitura do texto bíblico com o vereador Valdenor seguida de uma reflexão e oração universal. Consta como matéria na ordem do dia: Leitura Discussão e Votação da Indicação nº 001/2022 de autoria dos vereadores Cleanto e Carlos e dos Requerimentos nºs 19, 20, 21, 22 e 23/2022 de autoria dos vereadores professor Edilson e Valdenor. O vereador Valdenor fez uso da palavra para fazer um Requerimento verbal Requer que o setor competente isole o espaço Nobre, justificou que lá vem sendo ponto de tráfico de drogas e prostituição e que os moradores têm solicitado essa demanda. Fez uso da palavra o vereador Edilson fez um requerimento verbal, Requer que o executivo busque

ffalva

emenda parlamentar para a revitalização do Parque Fervedor com academia e parque para crianças e que os moradores cobram bastante. O vereador Carlos fez um Requerimento Verbal solicitando a manutenção da estrada do Pontal, Pitombeira e Beira do Rio, Justificou que a estrada está intransitável. O senhor presidente colocou os requerimentos e indicação em votação, Todos aprovados por unanimidade de votos. O vereador Harles pediu questão de ordem, esclareceu que na sessão anterior ele pediu a retirada do Projeto de Lei da alíquota para que eles pudessem conversar com o senhor prefeito, pontuou que teve a reunião com o prefeito e que chegaram ao entendimento de que a alíquota entrará junto ao Projeto de Lei da data base e que em relação ao Projeto de Lei do parcelamento do TaguatingaPrevi não tem pra onde correr e precisa ser resolvido porque o prejuízo é ficar sem repassar, pediu a compreensão dos nobres pares e solicitou para que o presidente volte o projeto do parcelamento a pauta. O senhor presidente esclareceu que irá submeter à solicitação ao plenário de acordo com o Regimento Interno. Com a palavra o vereador Paulo Roberto (Paulo Baré), explanou que não é a favor da retomada do Projeto pois os servidores não foram avisados e se a matéria for colocada dessa forma caracteriza uma manobra obscura pois o presidente não colocou a matéria na pauta do grupo dos vereadores e que isso é uma falta de respeito. Parte cedida ao vereador professor Edilson endossou as palavras do vereador Paulo Roberto (Paulo Baré) disse que dessa forma parecerá uma manobra, um golpe contra o servidor e que o combinado teria sido chamar o sindicato para debater a matéria junto com o servidor. O senhor presidente explicou que ele próprio poderia decidir por livre consciência, mas que gostaria de submeter à questão de ordem do líder do prefeito ao plenário, e ressaltou que o Projeto de Lei da alíquota só entrará em pauta com o projeto de Lei da Data Base como ficou acordado com o prefeito. O vereador Paulo Roberto (Paulo Baré) enfatizou que o Projeto de Lei retirado pelo líder do governo foi o da alíquota e não o do parcelamento do TaguatingaPrevi, pontuou que quem retirou o Projeto do parcelamento foi o senhor presidente. O senhor presidente explicou que fez a proposição de que os dois fossem votados juntos e que agora o vereador Harles levantou a questão de devolver o Projeto da alíquota para que seja votado quando vier o Projeto da Data Base e que se faça a

ffgalvão

votação do Projeto do parcelamento. Fez uso da palavra o vereador Carlos (Baiano) explanou que concorda com o vereador Paulo Roberto (Paulo Baré) e com o vereador Edilson e que o senhor presidente fez um compromisso diante dos servidores que não aceitaria nenhum ato que viesse a comprometer os vereadores de serem julgados e que se esse Projeto for votado dessa forma caracteriza uma falta de respeito com o servidor. Em resposta o senhor presidente esclareceu que ele não está sendo incoerente uma vez que ele está consultando o plenário. O vereador José Aires Mendes Neto (Zé Dolinha) explanou que se o Projeto for votado hoje não mudará muita coisa, uma vez que sofrerá segunda votação nas sessões de Março e que essa alteração de data não vai prejudicar o Projeto e que pra ele votar hoje ou votar nas sessões de Março não mudará muita coisa e que essa é uma decisão que poderia ser tomada pelo senhor Presidente. Parte cedida ao vereador Carlos onde enfatizou que se o Projeto for votado hoje essa Casa não terá mais o mesmo respeito que tem tido até o dia de hoje. O senhor presidente disse então que já que o Regimento o permite decidir e que os nobres pares o permite agir com a sua consciência, ele não colocará a matéria em votação. Com a palavra o vereador Cleanto, falou que se a matéria fosse votada hoje essa Casa estaria indo por um caminho de ser desacreditada e que os vereadores têm que ter palavra. Fez uso da palavra o vereador Luiz, parabenizou o prefeito por tomar essa decisão de futuramente mandar a alíquota com a data base, pontuou que se o ex gestor tivesse pagado as datas bases o funcionário assalariado hoje estaria ganhando mais de salário mínimo e que em relação ao parcelamento votando hoje ou mês que vem a quantidade de parcelas será a mesma pois a prefeitura não tem condições de pagar em parcelas menores. Fez uso da palavra o vereador Esmaélionde esclareceu que na sessão anterior foi questionado pra onde tinha ido o dinheiro já que o atual prefeito não estava pagando o TaguatingaPrevi e que ele foi buscar informações e se surpreendeu que a prefeitura já pagou mais de 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos reais) de dívida de Miranda, pontuou que os servidores estavam com os nomes negativados e que futuramente poderia até ficar sem receber o salário porque corria risco do FPM ser bloqueado. Não havendo mais nenhum assunto a tratar o senhor presidente encerrou a sessão. Eu Laiane Ferreira



Galvão, secretaria desse poder, digitei a presente ata que após lida se achada conforme por todos vai assinada por mim, pelo senhor presidente e pelos demais vereadores.

Isaiane Ferreira Galvão,